

LEI "ANTICRIME" (LEI N. 13.964/2019) VI



EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. De acordo com a Lei Anticrime (Lei Federal n. 13.964/2019), são crimes hediondos, dentre outros, os seguintes:

- a) epidemia com resultado morte e corrupção ativa.
- b) extorsão mediante sequestro e lesão corporal dolosa de natureza gravíssima.
- c) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.
- d) furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum e associação criminosa.
- e) genocídio e homicídio simples.



A Lei Anticrime ampliou o rol de crimes hediondos da Lei n. 8.072/1990, incluindo o roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo e extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte.



5m

02. Mário, advogado criminalista, passou a estudar, nas nuances, as inovações trazidas à baila pela Lei n. 13.964/2019, em especial a implementação do instituto do juiz das garantias, em razão do potencial impacto no exercício de suas funções. Registre-se que o escritório de Mário atua em quatro diferentes áreas, quais sejam:

- i. processos de competência do Tribunal do Júri;
- ii. casos de violência doméstica e familiar;
- iii. crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas); e iv. processos de competência originária dos Tribunais.

Nesse cenário, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Mário deverá observar as normas relativas ao juiz das garantias na(s) seguinte(s) área(s) de atuação do seu escritório de advocacia:

- a) processos de competência do Tribunal do Júri; casos de violência doméstica e familiar; e processos de competência originária dos Tribunais.
- b) casos de violência doméstica e familiar; crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas); e processos de competência originária dos Tribunais.
- c) crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas); e processos de competência originária dos Tribunais.

- d) processos de competência do Tribunal do Júri; e casos de violência doméstica e familiar.
- e) crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas).



É importante lembrar que o instituto do juiz das garantias não se aplica aos processos que sejam de competência de tribunais, júri, violência doméstica ou da Lei n. 8.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais).

Nesse sentido, perceba que a Lei de Drogas é a única que está fora das exceções citadas anteriormente.

03. Sobre as alterações trazidas pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), é correto afirmar que:

- a) seguindo o anseio legislativo de maior recrudescimento penal, o limite de cumprimento das penas privativas de liberdade poderá alcançar o patamar de quarenta anos, independentemente do momento da prática do delito;
- b) ainda que surtam efeitos na execução da pena e, portanto, no sistema carcerário, o crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (Art. 157, §2º-A, I, do Código Penal) passou a ser considerado hediondo;
- c) o juiz não poderá receber a denúncia apenas com fundamento nas informações das declarações do réu que realizou a colaboração premiada, mas poderá decretar medidas cautelares reais;
- d) a exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá após dez anos do término do cumprimento da pena dos crimes graves contra a pessoa;
- e) o cumprimento e/ou rescisão do acordo de não persecução penal é/são causa(s) interruptiva(s) da prescrição.



- a) É importante lembrar da necessidade de obedecer ao princípio da irretroatividade da lei penal. Além disso, o art. 75 do CP é expresso em dizer que só se aplica após a entrada em vigor da lei.
- b) A Lei Anticrime passou a prever o roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo como crime hediondo.
- c) O art. 4º, § 16 da Lei n. 12.850/2013 dispõe que é possível receber a denúncia ou queixa-crime e vir a decretar a medida cautelar. É importante lembrar que não é permitida uma fundamentação abstrata.

d) Na realidade, o prazo é de 20 anos do cumprimento da pena – vide art. 7º-A da Lei n. 12.037/2009.

e) Na realidade, essa é uma causa impeditiva da prescrição.



15m

04. Acerca das modificações introduzidas pelo chamado "pacote anticrime" ao Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

b) O processo penal terá estrutura inquisitória, vedadas a iniciativa do juiz na fase instrutória judicial e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

c) Em todos os casos em que policiais civis ou militares forem investigados, deverão ser citados da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até quarenta e oito horas a contar do recebimento da citação.

d) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público deverá impor sigilo ao procedimento.

e) O inquérito policial terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.



a) Isso é o que prevê o art. 28, § 1º da Lei Anticrime.

b) O processo penal tem uma estrutura acusatória e não inquisitória.

c) Isso vale somente nos casos em que houver o uso da força letal no exercício profissional.

d) O art. 28 prevê que o Ministério Público irá comunicar à vítima, ao investigado e à autoridade policial do arquivamento.

e) O inquérito policial terá estrutura inquisitória.



20m

05. Conhecida como pacote anticrime, a lei n. 13.964/2019 modifica a legislação penal e processual penal brasileira. Dentre as inovações dessa lei, destacam-se:

a) a previsão do juiz de garantias, para atuar na fase da execução penal, e a sua consequente responsabilidade para realizar a execução da pena de multa.

b) as modificações nas regras de arquivamento do inquérito policial, com possibilidade de participação da vítima nessa fase, e a definição e regulamentação dos procedimentos que envolvem a cadeia de custódia.

- c) a previsão de execução provisória das penas quando da condenação igual ou superior a 15 anos de reclusão e a possibilidade de concessão do efeito suspensivo em caso de apelação contra júri em condenação por qualquer pena.
- d) a instituição do acordo de não persecução penal e a criação de varas criminais colegiadas para julgar organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.



- a) O juiz das garantias é responsável pelo controle de legalidade, conforme art. 3º, "b" do CPP.
 - b) Isso é o que prevê o art. 28, § 1º.
 - c) O art. 492, II, § 4º do CPP prevê que a execução provisória não está vinculada ao efeito suspensivo.
 - d) Não pode ser de qualquer tipo, conforme art. 1º-A da Lei n. 12.694/2012.
-

06. O pacote anticrime (Lei n. 13964/2019) alterou a legislação penal e processual penal. Sobre as medidas adotadas atualmente na preservação das provas, assinale a afirmativa correta.

- a) O isolamento da área é a primeira medida a ser adotada.
- b) O reconhecimento é a parte em que a vítima é identificada ainda na cena de crime.
- c) O reconhecimento corresponde à distinção dos elementos como de potencial interesse para a investigação.
- d) A fixação é a fase em que os elementos de potencial interesse para a investigação são levados aos laboratórios, onde serão fixados e estudados.
- e) O rastreamento dos elementos de interesse se inicia após iniciado seu transporte para a unidade onde serão analisados (laboratórios).



- a) Na realidade, a primeira medida é o reconhecimento.
 - b) A vítima é identificada na etapa chamada de fixação.
 - c) O reconhecimento é a primeira medida a ser adotada na cadeia de custódia.
 - d) Na fixação, os elementos se tornam imóveis.
 - e) O rastreamento é feito antes de se iniciar o transporte.
-

07. O Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/2019) introduziu no Código de Processo Penal brasileiro, a chamada "cadeia de custódia". Sobre o referido instituto, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o trânsito em julgado do processo criminal.
- b) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- c) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deverá comunicar a autoridade que ficará responsável por sua preservação.
- d) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, exceto quando for necessária a realização de exames complementares.
- e) É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como crime de desobediência a sua realização.



- a) Na realidade, isso se dá até o descarte – vide art. 158-A, CPP.
- b) A primeira medida da cadeia de custódia é a preservação – vide art. 158-A, § 1º do CPP.
- c) O art. 158-A, § 2º do CPP prevê que o agente público é quem ficará responsável.
- d) Na realidade, não existe essa exceção – vide art. 158-C, CPP.
- e) Trata-se de crime de fraude processual e não de desobediência – vide art. 158-C, § 2º, CPP.



08. Considerando a sistemática adotada pelo art. 28-A do Código de Processo Penal, introduzida pela Lei n. 13.964/19 (Pacote Anticrime), que tratou do negócio jurídico de natureza extrajudicial denominado acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

- a) Será cabível em casos envolvendo a prática de infração penal com violência ou grave ameaça, dentre outros requisitos.
- b) Será cabível, ainda que o investigado não confesse formal e circunstanciadamente a prática de infração penal, dentre outros requisitos.

- c) Será cabível quando o investigado tiver confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, dentre outros requisitos.
- d) Não há necessidade de audiência realizada pelo juiz para a homologação do acordo de não persecução penal.
- e) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo Delegado de Polícia, pelo investigado e por seu defensor.



É importante lembrar que será cabível quando o investigado tiver confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, dentre outros requisitos.

GABARITO

01. c**04. a****07. b****02. e****05. b****08. c****03. b****06. c**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Nubia Elizabette Jesus de Paula.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
